

APAGÃO CIBERNÉTICO

Empresas sofrem perdas após pane

Azul cancelou 7% dos vôos. Bradesco alerta que novas intercorrências podem ser registradas. Mais de 8,5 milhões de computadores foram afetados no mundo

» ANDRÉ PHELIPE
» ESPECIAL PARA O CORREIO

Empresas brasileiras que tiveram seus sistemas operacionais prejudicados por conta de uma falha na atualização de um software de segurança cibernética, da CrowdStrike, uma empresa americana, do sistema operacional Windows/Microsoft contabilizam os prejuízos e correm atrás para compensar usuários prejudicados. Bancos e linhas aéreas foram os segmentos mais atingidos pelo problema.

A empresa Azul, que precisou cancelar cerca de 7% dos voos previstos na última sexta-feira por causa do apagão em seus computadores, relatou, em nota enviada ao *Correio*, que toda “a operação foi regularizada e que tudo está funcionando normalmente”. Sobre os voos cancelados, a Azul informou que todos os clientes que tiveram seus voos suspensos pela oscilação cibernética já foram acomodados.

“A Azul lamenta eventuais transtornos causados e está recebendo toda a assistência necessária, conforme prevê a Resolução 400 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac)”, informa a nota. Procurada pela reportagem, a Aéroportos do Nordeste do Brasil (Aena Brasil) — concessionária que administra 17 aeroportos no país — disse que todos eles já operam dentro da normalidade desde o final do dia de ontem. Mas informou que antes de normalizarem os serviços, um cancelamento e 14 voos atrasaram em Recife (PE). Em Congonhas houve três cancelamentos. Em Corumbá (MS) e Marabá (PA) três voos atrasaram.

O site Downdetector, plataforma que registra incidências de clientes com problemas de navegação em aplicativos, registrou ocorrência de instabilidade em diversos bancos, como o Bradesco, que teve um pico de 1063 reclamações às 07h03 de sexta-feira. Em nota divulgada à imprensa, a instituição financeira

Ed Alves/CB/D.A Press



o apagão afetou mais de 8,5 milhões de computadores no mundo. A empresa Azul cancelou 7% dos voos

confirmou o problema nos canais digitais e informou que tudo já opera dentro da normalidade, mas destacou que ainda podem ocorrer problemas eventuais.

“O Bradesco informa que seus canais digitais voltaram a operar normalmente e acrescenta que, eventualmente, podem ocorrer registros isolados de intermitência. Em breve, todos acessos estarão estáveis”, informou o banco.

Nos comentários da página do site Downdetector, usuários listaram que os principais problemas encontravam-se na hora de realizar o login para entrar nos aplicativos dos bancos. Também houve inconsistências na hora de realizar transferências por meio do Pix que, segundo relatos, na hora de enviar determinada quantia, a página atualizava e apresentava erro.

A Microsoft informou ontem, por meio de nota, que cerca de 8,5 milhões de dispositivos que usam o sistema Windows foram afetados pelo apagão. A empresa também

relatou que a CrowdStrike ajudou a desenvolver uma solução escalável que ajudará na correção do problema. Também informou que a Amazon Web Services e a Google Cloud Platform colaboraram na solução do problema.

Plano B

Após o apagão deixar diversas empresas de mãos atadas na última sexta, especialistas ouvidos pela reportagem disseram que o mundo corporativo precisa ter um plano de contingenciamento quando este tipo de problema ocorrer.

Para Ilan Kajan, vice-presidente de riscos corporativos da Alper Seguros, muitas empresas investem em segurança da informação, mas não se têm um plano de contingenciamento. Na visão dele, isso resulta em danos financeiros de impacto relevante. “Se ocorrer um ataque ou um vazamento de dados ou um bloqueio de sistemas, as empresas

precisam estar preparadas com um plano de contingenciamento ou gerenciamento de risco. Cada minuto que se perde em um apagão desses acaba envolvendo muitos milhões de reais a depender da estrutura impactada”, disse Ilan Kajan.

O especialista em cibersegurança e fundador do grupo FS, Alberto Leite, mencionou que um plano de respostas para esses incidentes é essencial. “Isso no mundo digital salva dados, reputação, finanças e empresas. Sem um plano é como navegar em um mar tempestuoso”, frisou.

Outro ponto que Leite destacou é a cooperação entre empresas, o que considera algo valioso. “Compartilhar informações sobre ameaças ou apagões são as melhores práticas, isso não só fortalece a defesa coletiva, como também cria uma rede de segurança mais robusta na hora de desvendar o problema”, pontuou Alberto.

Brasil S/A
por Antonio Machado

machado@cidadebiz.com.br

Conflitos de repertório

As últimas semanas têm sido pródigas em situações de dissonância cognitiva no coração da governança da macroeconomia. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a dar entrevistas frequentes e, em todas, não esconde a vontade de exaltar as maravilhas da economia, ao mesmo tempo em que se obriga a não exceder o seu entusiasmo para não desautorizar o discurso de austeridade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Economia puxada há mais de quatro décadas pelo consumo mantido de forma crescente a duras penas, já que dependente de transferências de renda do orçamento federal em grande parte de curso obrigatório e indexada à inflação, cada governante eleito adia a discussão que se faz necessária sobre a qualidade da política econômica. E o faz ou por desconhecer as soluções ou por temer mudanças.

Compreende-se a angústia dos governantes e políticos ao tratar da austeridade fiscal cobrada, sobretudo, pelos detentores de papéis da dívida pública, o tal “mercado financeiro”, ou “fariálimers”.

Do total de 176 milhões de pessoas ativas no país, das quais 109 milhões na força de trabalho, mais de 80 milhões recebem recursos públicos todos os meses, a maioria de programas sociais como Bolsa Família, BPC, INSS, seguro-defeso, além de 12 milhões de funcionários do setor público. Sai desses dinheiros boa parte do movimento total da demanda, que representa cerca de 60% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os governos que tentaram pôr a mão nesse vespeiro o fizeram meio sem fazer. O ex-presidente Michel Temer impôs o teto de gasto federal na Constituição, com apoio do Congresso. Jair Bolsonaro passou quatro anos sem reajustar o funcionalismo e sem aumento real do salário mínimo. Lula pôs fim ao teto de gasto, outra vez, com apoio do Congresso, trocado pelo tal “arcabouço fiscal”, que permite ao governo gastar algo mais, desde que o déficit anual não exceda 0,25% do PIB e tenda a zero.

Mas alto lá, que ninguém bate a cabeça na parede até sangrar. Na partida do teto, Temer aprovou aumentos salariais do funcionalismo — e Bolsonaro excluiu militares de restrições fiscais e se tornou subitamente populista, ao elevar a R\$ 600/mês o Bolsa Família na véspera da eleição em 2022. Lula manteve e expandiu o pagamento.

E vamos, assim, inchando o gasto público, que define o PIB — o desafio que direita e esquerda não se apresentam para resolver.

Excessos improdutivos

Esse é um balanço de soma zero. Se o consumo é mantido ou cresce como proporção do PIB que, por sua vez, não avança pelo baixo dinamismo do investimento, o gasto obrigatório, representando 92% da Lei Orçamentária Anual (LOA), é compensado pelo corte das rubricas deixadas ao arbítrio do governante.

Como a compensação orçamentária para evitar o acúmulo de déficits recorrentes é sempre imperfeita mais devido a razões políticas que técnicas, as despesas excedentes às receitas são financiadas com a emissão de papéis de dívida do Tesouro Nacional. Sem problema se o recurso for usado com parcimônia, e, em especial, se o gasto não bancado por arrecadação tributária impelir investimento que cresça a base produtiva e sua produtividade, entre energia, transportes, processamento de dados, educação técnica etc.

Só que não tem sido assim. O excesso de gasto é em transferências que visam compensar a falta de empregos formais no setor produtivo e em custeios de má governança das atividades típicas de Estado e em sua administração. O que vai à faca dos ditos “ajustes fiscais” é o já parco dinheiro do investimento da LOA para obras públicas, o que impacta o crescimento e não alivia o investimento privado.

Entretenimento ensaiado

Os governantes desconhecem este quadro? Não, conhecem bem, mas ou por se sentirem impotentes ou por não lhes darem importância, apelam à ajuda de marqueteiros para construir narrativas convincentes.

O repertório de Lula é o de “levantador do PIB”; o do ministro da Fazenda é o do bom moço aflito com a dívida no banco. À exceção de Fernando Henrique, solidário com o ministro Pedro Malan nas bolas quadradas, os demais recorreram ao “nada a declarar”. Lula, não: comprou a briga entre gastar, que “é vida”, segundo sua ex-chefe da Casa Civil e ex-presidente Dilma Rousseff, e gastar menos, como lhe pede Haddad no contraponto ensaiado para agradar fariálimers.

Por ora tem funcionado, mas como uma boa narrativa requer vilão e culpados, ou o distração não funciona, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e a Selic elevada entraram no enredo. Ele deu motivos, ao aceitar ser homenageado pelos discípulos de Bolsonaro, que o indicou como primeiro chefe do BC com autonomia formal.

Nada disso fará o juro baixar, o gasto diminuir, a arrecadação de impostos crescer, o investimento produtivo bombar. Mas os memes da oposição e do governo elevam o faturamento das redes sociais.

O debate interdito

Uma discussão, para valer, deveria assumir não o risco de solvência fiscal, que não existe, mas a qualidade da governança do setor público. Essa à reforma que importa. Discutir sobreposições, como a Constituição delimitar educação, saúde e segurança a estados e municípios, e o orçamento federal ser acionado para pagar a conta.

É preciso entender que o papelório do Tesouro absorve o grosso da tesouraria da banca, vitaminada pelo caixa de empresas e pessoas, levando a minguar o dinheiro alocado ao crédito e ao investimento.

É esse empoçamento que fortalece o poder dos traders de papéis da dívida pública, implicando taxas de juros sem paralelo no mundo, fruto do dinheiro tornado escasso — lato sensu, impagáveis.

É atentar para as grandes empresas de concessões, todas de fundos sem que nenhum tenha controle nem tenha expertise na área. Mais da metade da capitalização vem de fundos abertos, sujeitos, portanto, a saques devido às oscilações de mercado.

Tais estruturas de capital são precárias, estão no limite de seus balanços e só entrarão em novas licitações com funding barato e de longo prazo do BNDES ou com captações de investidores externos.

Os sinais todos são de exaustão fiscal, como o de transferências de renda, não por si, porque necessárias, mas por compensar e bem parcialmente a falta do dinamismo gerador de bons empregos. Só uma política econômica voltada à oferta dará conta. E juros em níveis iguais aos cobrados no mundo serão o detonador do processo. Até lá seremos entretidos com narrativas, memes e broncas ensaiadas.

Maria Cláudia
em memória
39 anos

21 de Julho
9h às 12h
Parque Maria Cláudia de Siqueira Del'Isola
(112/113 Sul)

Deixe que a energia da natureza, faça parte da sua manhã de domingo.
Junte-se a nós...

Programação

9h- Acolhimento

9h30- Aulão Dançante (Espaço Central)

10h - Atividades Simultâneas Esportivas:
ginástica, capoeira, beach tênis (Espaços demarcados)

Lúdicas Infantis:
Brincadeiras e jogos- Espaço chão xadrez e Contação de Histórias Infantis (Espaço Central)

10h30 - Apresentações Musicais (Anfiteatro)

11h50- Encerramento

Espaço PET - Adoção de Cães (Próximo ao Anfiteatro)

mariaclaudiapelapaz

Movimento Maria Cláudia Pela Paz